

DOSSIÊ MULHERES NEGRAS
EXPERIÊNCIAS, VIVÊNCIAS
E ATIVISMOS

OS ESTUDOS FEMINISTAS E O RACISMO EPISTÊMICO

Giselle Cristina dos Anjos Santos

Universidade Federal da Bahia

E-mail: santos.gisellea@gmail.com

Resumo: Partindo da discussão sobre como a ciência moderna objetificou e inferiorizou os saberes de grupos (mulheres, negros, indígenas, homossexuais, não ocidentais etc.) definidos como os *outros*, este artigo analisa como a área dos estudos feministas no Brasil se relacionou com o debate sobre relações raciais e com o conceito de interseccionalidade. Essa questão é relevante uma vez que o processo de racialização muda a forma como alguns grupos de mulheres vivenciam a opressão de gênero. Por meio do debate sobre a construção do campo da História das Mulheres na academia brasileira, discuto a abrangência do debate racial na produção dos estudos feministas.

Palavras-chave: estudos feministas; racismo epistêmico; interseccionalidade.

Abstract: Having as a starting point the discussion on how the modern science has objectified and made inferior the knowledge produced by groups (women, Blacks, natives, homosexuals, non-Westerners etc.) defined as the *others*, this article aims to discuss how the field of feminist studies in Brazil interrelates itself with the discussion about race relations and the concept of intersectionality. This issue is relevant since the racialization process changes the way some groups of women experience oppression. Through the debate about the construction of the field of the Women's History in Brazilian academy, I discuss the scope of the racial debate in the production of feminist studies.

Keywords: feminist studies; epistemic racism; intersectionality.

Introdução

Os estudos feministas possuem o compromisso de criticar a produção do conhecimento científico portador de viés androcêntrico e de propor, a partir da análise das relações de gênero, reflexões plurais orientadas por novas epistemologias (HARDING, 1996; 1998). Inserido nesta tradição intelectual, este texto tem como objetivo debater como o campo dos estudos feministas no Brasil interagiu e se apropriou das discussões sobre as relações étnico-raciais e das críticas ao racismo e como desenvolveu uma perspectiva interseccional em sua produção.¹

Este debate mostra-se relevante uma vez que existem muitas similaridades entre o campo dos estudos feministas e o dos estudos antirracistas. Assim como o sexismo epistêmico, o racismo epistêmico se constituiu historicamente enquanto um mecanismo de poder que objetiva o extermínio material e simbólico dos *outros* (DÍAZ, 2010). Para Ramón Grosfoguel (2011), os racismos político e econômico são expressões mais perceptíveis do que o racismo epistêmico uma vez que esse último se manifesta de forma mais velada. Apesar disto, o racismo epistêmico foi a forma fundante e a versão mais antiga do processo de subjugação, silenciamento e extermínio dos saberes e tradições dos não europeus.

O racismo epistêmico esteve ligado historicamente ao sexismo epistêmico e vice-versa, pois

el racismo epistêmico funciona a través de los privilegios de una política esencialista (“identitaria”) de las elites masculinas “occidentales”, es decir, la tradición de pensamiento hegemónica de la filosofía occidental y la teoría social que rara vez incluye a las mujeres «occidentales» y nunca incluye los/las filósofos/as, las filosofías y científicos/as sociales “no occidentales”. (GROSFOGUEL, 2011, p. 343).

Ou seja, o racismo epistêmico e o sexismo epistêmico possuem a mesma base: a instituição de um único grupo no poder como a voz da autoridade e da verdade que, por estar baseado nos paradigmas de neutralidade e objetividade, exclui a visão dos *outros*.

A despeito do reconhecimento do fato que os estudos feministas criticam os pressupostos da neutralidade e objetividade da ciência moderna que historicamente excluíram os *outros*, também é necessário recordar que o projeto político feminista foi ancorado na tradição da modernidade (PISCITELLI, 2002). Isto coloca o desafio de refletir em que medida este projeto, que também nasceu enquanto produção teórica em contextos

1 O presente artigo está fundamentado na concepção de interdisciplinaridade feminista, ainda que dialogue com a ciência histórica e o campo da História das Mulheres (GADOL, 1992; SCOTT, 1992).

territoriais hegemônicos (Europa e Estados Unidos), conseguiu romper com a perspectiva política e ideológica de construção unidimensional do conhecimento. Desafia-nos ainda a refletir sobre como a área dos estudos feministas no Brasil dialogou com a produção e com o debate sobre as relações étnico-raciais em âmbito nacional e internacional.

Para enfrentar essa discussão alinho-me às proposições de Donna Haraway, conhecida filósofa da ciência e da tecnologia, notadamente às suas críticas à objetividade da ciência moderna e à sua proposta de uma epistemologia dos *saberes localizados* e da *perspectiva parcial*. Para Haraway (1995), as ideias de transcendência e divisão entre sujeito e objeto são promessas falsas do racionalismo científico. Por isto, ela defende que a objetividade feminista deve partir do conhecimento historicamente situado.

A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos de escapatória ou transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim a junção de visões parciais e vozes vacilantes numa posição coletiva de sujeito que promete uma visão de meios de corporificação finita continuada, de viver dentro de limites e contradições, isto é, visões desde algum lugar. (HARAWAY, 1995, p. 33).

Ao anunciar que construo um ensaio reconhecidamente politizado, com base na localização limitada e no conhecimento situado proposto por Haraway, busco explicitar que parto da racionalidade construída a partir do lugar social, político e identitário de uma mulher negra, jovem e proveniente de família de classe popular de um grande centro urbano. Uma mulher que atua como ativista e que está inserida no espaço acadêmico. A partir de orientações feministas e antirracistas, me posiciono como partidária do feminismo negro e do feminismo pós-colonial, compreendendo essas vertentes do feminismo como teorias e éticas de emancipação humana (hooks, 2004).

No que tange ao debate conceitual acerca da categoria analítica *gênero*, eu parto das considerações da historiadora Joan Scott (1995), que compreende tal categoria como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças sexuais e que se institui como uma forma primária das relações significantes de poder.

Já no que diz respeito à categoria analítica *raça*, partilho da definição conceitual de Michel Wieviorka (2007), que não a compreende como variável biológica, mas sim, como um construto histórico-social que legitimou práticas de subordinação e hierarquização de diferentes grupos sociais. Isso implica no meu reconhecimento do fato de que embora a raça não exista em termos biológicos, ela está presente no imaginário e, por meio de classificações assimétricas sobre o fenótipo de comunidades e indivíduos, organiza as relações de poder.

Verena Stolcke (1991b) afirma que na base dos sistemas de opressão de gênero e raça se encontram as mesmas estruturas de pensamento e procedimento ideológico: a naturalização. De acordo com a antropóloga Mara Viveros (2009), existem ao menos três formas de naturalizar e associar esses sistemas de opressão: 1) justificando e reproduzindo relações de poder fundamentadas sobre diferenças corporais e fenotípicas; 2) vinculando estreitamente a realidade social à *realidade corporal* e ancorando seus significados no corpo, lugar privilegiado da classificação e hierarquização simbólica; 3) e estabelecendo a opressão de gênero e o racismo como uma representação efetiva na estrutura social, política e cultural. Assim, fundamentadas em termos biológicos, a partir de marcas corporais, as representações do imaginário racista estão sobrepostas e determinadas por símbolos sexuais e vice-versa.

Portanto, o cruzamento entre o racismo e a opressão de gênero e de sexualidade deixa mais complexa a experiência dos grupos que são alvos desses diferentes sistemas de dominação. Para as mulheres negras, por exemplo, tal cruzamento constrói tensões e dilemas que as invisibilizam e as afastam ainda mais dos recursos econômicos e políticos necessários para o enfrentamento da exploração, o que fragiliza as suas tentativas de resistência à violência estrutural sofrida (CRENSHAW, 2002).

Para compreender como as diferentes dimensões da opressão de gênero e raça se estruturam e se relacionam, eu utilizo como referência o conceito de interseccionalidade proposto por Kimberlé Crenshaw. Para ela, a interseccionalidade “*busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.*” (CRENSHAW, 2002, p. 177). Tal conceito é relevante por contrapor-se às generalizações presentes em análises sobre a experiência feminina, assim como por desconstruir a conceituação matemática da interação entre diferentes sistemas de desigualdade.

A construção do campo dos estudos feministas na Europa e nos Estados Unidos

Os questionamentos que emergiram do contexto de crise de paradigmas que atingiu as Ciências Humanas, incluindo a História, em meados da década de 1960, problematizaram os enfoques totalizantes e a ênfase nos aspectos econômicos. Além disso, problematizaram as abordagens que privilegiavam a figura do homem branco, ocidental, heterossexual e proprietário e que tomavam tal figura como parâmetro universal da humanidade.

As bases estruturais da objetividade e neutralidade presentes no discurso científico desde o iluminismo foram contestadas, entre outros, por grupos

de mulheres, negros, homossexuais e não ocidentais.² Isto porque ficou cada vez mais evidente que é a partir do argumento de defesa da neutralidade e objetividade que o privilégio epistêmico masculino, ocidental e eurocêntrico se normatiza como referência hegemônica, a ponto de não ser visto enquanto um tipo de política identitária que representa a perspectiva de um único grupo. Ao contrário, é compreendido como se fosse universal.

No cenário de crise de paradigmas, os estudos feministas apontaram que o pensamento científico ocidental estava fundamentado por oposições binárias entre cultura/natureza; mente/corpo; atividade/passividade; racionalidade/irracionalidade; luminosidade/escuridão; razão/paixão. Cada um desses opostos é uma hierarquia que representa o binarismo homem/mulher, onde o lado feminino é visto como fraco, secundário, negativo e destituído de poder. Para a filósofa Simone de Beauvoir (2009), essas são oposições que associaram historicamente as mulheres à natureza e não à cultura, moldaram a representação de que as mulheres são apenas aquilo o que os homens não são e conformaram a figura da mulher como símbolo de imanência e a imagem do homem como sinônimo de transcendência. Neste sentido, de acordo com Beauvoir, nas sociedades ocidentais o homem é o *Ser* e a mulher é o *Outro*, o *segundo sexo*.

A partir desta percepção, estudiosas feministas rebateram as noções construídas sobre as verdades científicas e evidenciaram que a ciência moderna objetificou e negou a capacidade e a autoridade do saber feminino (HARAWAY, 1995; SCHIEBINGER, 2001). Igualmente, por compreender que a produção de conhecimento é mediada por relações de poder, o projeto feminista nas ciências e na academia renunciou ao discurso que corrobora a neutralidade científica e propôs o desenvolvimento de investigações pautadas por um conhecimento historicamente situado que tenha por objetivo a emancipação das mulheres.³

Segundo Sandra Harding (1996; 1998), um dos aspectos diferenciados da pesquisa feminista é a definição da problemática a ser estudada por meio da perspectiva das experiências das mulheres. O reconhecimento da importância de tais experiências, classificadas socialmente como secundárias, pode ter implicações expressivas na construção das relações de poder e, conseqüentemente, na organização da estrutura social.

2 As críticas à posição subalternizada conferida a estes grupos foi articulada por indagações sobre os dogmas, certezas metodológicas, objetos de estudo, práticas e instituições da ciência moderna.

3 A cientista social Sondra Farganis (1997, p. 229), afirma que “A feminista, cônica da relação dialética entre teoria e prática, deseja não só analisar temas relativos à ciência, mas também como se pode atuar como cientista e, ao mesmo tempo, honrar seu compromisso com o feminismo, que, compreendido amplamente, procura eliminar a opressão e a dominação sobre as mulheres.”

O exercício de desconstrução das relações de gênero mediou a atuação de pesquisadoras feministas em diferentes áreas da ciência como a Medicina, a Primatologia, a Arqueologia, a Biologia, a Física, a Matemática, a Antropologia, a Sociologia⁴ e o Direito (SCHIEBINGER, 2001). Na História, as problematizações feministas fomentaram o surgimento do campo da *História das Mulheres*. Este campo surgiu na década de 1970 a partir da interação de historiadoras com o movimento feminista, impulsionadas pelo objetivo de superar a perspectiva androcêntrica presente nas escolhas de métodos, nas periodizações e nas fontes de análises que privilegiava o resgate de feitos de *grandes homens*. Este campo não se propôs apenas, ao incluir um grupo invisibilizado, a preencher as lacunas do passado. Mais do que isso, ele buscou reescrever a história trazendo à tona a experiência das mulheres (SCOTT, 1992).

Em muito contribuiu para esse processo o uso da categoria *mulher*, que estava ligada às discussões sobre o conceito de patriarcado, compreendido enquanto sinônimo da dominação masculina. A categoria *mulher* pressupunha a existência de um tipo de opressão comum que atingia, indiscriminadamente, a todas as pessoas do sexo feminino (PISCITELLI, 2002). A partir desse e de outros conceitos, os estudos feministas formularam críticas às noções de público e privado, e a áreas da vida social até então invisibilizadas, como a família e a divisão sexual do trabalho.

Outra referência conceitual importante nesse processo foi o sistema sexo-gênero proposto, em 1975, por Gayle Rubin. Este binômio visou evidenciar como operava o conjunto de arranjos utilizados pela sociedade para transformar a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e, portanto, culturais (PISCITELLI, 2002). O sistema sexo-gênero, de certa forma, deu origem à categoria analítica *gênero*, muito disseminada a partir da década seguinte desde a perspectiva pós-estruturalista.

A partir do final dos anos 1970 e durante a década de 1980 emergiram *novas vozes* dentro do movimento e do campo dos estudos feministas que criticaram a categoria *mulher* e a prevalência de um discurso hegemônico que privilegiava a imagem de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média alta como referência para o projeto feminista, e que, simultaneamente, invisibilizava mulheres negras, indígenas, lésbicas, pobres e não ocidentais. Essas vozes evidenciaram a pluralidade presente na experiência feminina em diferentes contextos sociais e apontaram que a opressão vivenciada na posição de *segundo sexo* pode ser potencializada a partir da articulação da opressão

4 Para a socióloga Eleonora Menicucci de Oliveira (2008), uma das maiores contribuições da pesquisa feminista para as ciências sociais foi à construção de categorias de análise como o cotidiano, a vivência e a emoção.

de gênero a outros marcadores sociais, como classe, raça, etnia, geração, orientação sexual e nacionalidade.

A proposta de crítica e desconstrução da figura do homem universal evidenciava que a categoria *mulher*⁵, construída no singular por estudiosas feministas, constituía-se como um conceito contraditório e equivocado (HARDING, 1998). Assim, ao criticar o privilégio epistêmico das mulheres brancas, enfatizando a diversidade presente na experiência feminina, ficou explícita a necessidade de reescrever o projeto político e teórico de emancipação das mulheres como sinônimo da luta empreendida pelos *feminismos*, sempre no plural.

Ao traçar críticas ao etnocentrismo empreendido por mulheres brancas no seio do movimento feminista e à violência de gênero praticada por homens no interior do movimento negro, as mulheres negras passaram a discutir e conceituar a articulação entre as opressões de gênero, classe e raça, o que impulsionou a corrente do chamado *black feminism*.⁶ Partindo do objetivo de afrontar o silêncio estrutural sobre a condição específica das mulheres negras na esfera da produção de conhecimento (WALLACE, 1994), a teoria do feminismo negro distancia-se de uma concepção essencialista acerca do conceito de *diferença*, mas aponta que a experiência de tais mulheres, ao ser marcada pelo colonialismo e pela escravidão, foi tangenciada por discursos hierárquicos que produziram consequências concretas que particularizam a opressão vivenciada pela mulher negra nas sociedades pós-coloniais.

A violência sexual foi empreendida de modo sistemático contra mulheres negras e indígenas durante o contexto colonial nas Américas, a ponto de práticas de violação contra esses grupos serem naturalizadas no imaginário social, sem o reconhecimento de que eram agressões efetivamente. O corpo da mulher negra passou a ser relacionado a representações de acessibilidade e subordinação sexual, ao mesmo tempo em que os estereótipos racistas consolidaram a figura delas, enquanto um coletivo, como uma identidade de objeto (CARNEIRO, 2009). Dentro da oposição binária corpo/mente, a imagem da mulher negra foi historicamente associada ao *corpo*, que marca o lugar de significação da diferença, e representada como a alteridade radical contraposta à figura do homem branco, vinculado à mente e à racionalidade.

5 Além das críticas à categoria *mulher*, neste período surgiram muitos questionamentos sobre a pertinência do conceito de patriarcado, que passou a ser entendido como esvaziado de conteúdo, ao ser tratado como um sistema opressivo, a-histórico e essencialista (PISCITELLI, 2002).

6 A teoria do *Black Feminism* desenvolveu-se de modo expressivo nos Estados Unidos por meio das proposições de Angela Davis, Audre Lorde, bell hooks e, mais recentemente, Patricia Hill Collins, entre outras. Contudo, existiram contribuições elaboradas fora deste contexto espacial desde os anos 1970, como evidência a produção intelectual da antropóloga e feminista negra brasileira Lélia Gonzalez.

Devido a tal imaginário imperante, Michele Wallace (1994) defende que o feminismo negro se coloca como uma epistemologia potencialmente subversiva tanto no âmbito teórico como político. Primeiro, por afrontar a hegemonia da dominação masculina e a hegemonia da cultura branca exclusivista; segundo, por questionar a invisibilidade das mulheres negras não somente enquanto sujeitos de pesquisa, mas também como referências teóricas; e, terceiro, por reivindicar o empoderamento do grupo. Desta maneira, o feminismo negro está fundamentado por “*un cuerpo teórico independiente y particular, a partir de una experiencia concreta de opresión e una particular consciencia sobre esa opresión.*” (CURIEL, 2007, p. 172). Logo, é fundamental para o feminismo negro que se considere a inserção social que tiveram os diferentes grupos de mulheres.

De acordo com bell hooks⁷ (2004), estar oprimida significa ausência de escolhas. Contudo, mesmo nas sociedades estruturadas pela opressão de gênero, determinados grupos de mulheres possuem direito de escolha. Haraway (2004, p. 241) salienta que na dinâmica que vigorou durante o contexto escravista do “*patriarcado branco norte-americano, as mulheres livres eram trocadas num sistema que as oprimia, mas [ainda assim] as mulheres brancas herdavam mulheres e homens negros.*” Ou seja, as relações entre mulheres negras e brancas foram pautadas historicamente tanto por experiências diferenciadas, como por hierarquias, tensões, disputas e rivalidades (hooks, 2013).

Devido aos diferentes sistemas de opressão que atingem a mulher negra, a teoria do feminismo negro definiu a *interseccionalidade* como uma referência fundamental. Esta categoria, que surgiu inicialmente enquanto perspectiva, e só depois foi sistematizada conceitualmente pela professora de direito Kimberlé Crenshaw na década de 1990, encontra-se na base do pensamento do feminismo negro. Esta corrente teórica não teve origem nos anos 1980, como aponta parte da bibliografia. Na verdade, ela surgiu na metade do século XIX, quando Sojourner Truth (1797-1883), que é definida como a pioneira da teoria do feminismo negro norte-americano, proferiu o discurso *Ain't I A Woman?* na Conferência dos Direitos da Mulher de Ohio em 1852.⁸ Logo,

7 bell hooks é o pseudônimo utilizado pela intelectual negra Gloria Jean Watkins, como uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. Como posicionamento político, o pseudônimo é grafado em letras minúsculas, pois ela acredita que nomes e títulos não devem possuir mais valor do que as ideias.

8 Como Sojourner Truth nasceu nos Estados Unidos em 1797 no contexto escravista, ela foi obrigada a trabalhar como escravizada e teve todos os seus filhos vendidos. Com a abolição, passou a trabalhar como empregada doméstica e dar sermões evangélicos nas ruas. Tornou-se uma famosa defensora dos direitos da população negra e chegou a conhecer o presidente Lincoln. É atribuído a ela não somente a autoria do texto fundador da teoria do feminismo negro, com o discurso oral “*E, eu não sou mulher?*”, como também a origem da perspectiva de interseccionalidade.

reafirmo, essa corrente teórica não surgiu em 1980, ainda que tenha sido nessa década que aquelas vozes – as das mulheres negras – começaram finalmente a ser consideradas (hooks, 2013).

O conceito de interseccionalidade, muito caro para a teoria do feminismo negro, recusa análises aritméticas sobre a articulação entre diferentes sistemas de opressão como gênero, classe e raça e busca compreender como a interação entre esses diferentes fatores particulariza a forma como determinados grupos vivenciam as desigualdades. Sobre isso, Viveros (2009, p. 5) afirma:

Ya no se trata de señalar que todas las mujeres sufren el sexismo, mientras algunas de ellas sufren el sexismo y la opresión de clase, otras experimentan el sexismo y el racismo y otras más, el sexismo y la lesbofobia. Este tipo de razonamiento aritmético y acumulativo permitía pensar por ejemplo, que una vez erradicado el racismo, las mujeres negras sólo tendrían que soportar, al igual que las demás mujeres, el sexismo, desconociendo las especificidades de su experiencia del sexismo. El concepto de interseccionalidad, por el contrario, permite desafiar el modelo hegemónico de *la mujer universal* y comprender las experiencias de las mujeres racializadas como el producto de la intersección dinámica entre el sexo/género, la clase y la raza en unos contextos de dominación construidos históricamente.

Ou seja, ao desafiar a construção genérica do modelo de *mulher universal*, associada historicamente à figura da mulher branca, de classe média e heterossexual, o conceito de interseccionalidade permitiu que o campo dos estudos feministas pluralizasse os conhecimentos sobre a experiência dos diferentes subgrupos de mulheres. Depois de mais de um século de obliteração e silenciamento, muitas feministas brancas começaram a desenvolver o debate racial, especialmente nos Estados Unidos, ao considerarem as obras e as especificidades da condição das mulheres negras (AZERÊDO, 1994; HARAWAY, 2004; hooks, 2013).

Contudo, apesar de o interesse das mulheres brancas pelas questões raciais ser considerado um avanço, esta mudança não deixou de estar associada a tensões. Pois, ao considerar tanto o gênero como a raça como categorias relacionais, foi fundamental ponderar sobre a dinâmica existente nos diferentes polos dos nexos de poder. Em função disto, a socióloga Avtar Brah defende a necessidade de observar o processo de racialização para além dos grupos em desvantagem no quadro de hierarquias raciais.

Há uma tendência (...) de considerar o racismo como “algo que tem a ver com a presença de pessoas negras”. Mas é importante salientar que tanto negros como brancos experimentam seu gênero, classe e sexualidade através da “raça”. A racialização da subjetividade branca não é muitas vezes manifestamente clara para os grupos brancos, porque “branco” é um significante de dominância, mas isso não torna o processo de racialização menos significativo. É necessário, portanto,

analisar que nos constroem como, digamos, “mulher branca” ou “mulher negra”, como “homem branco” ou “homem negro”. Tal desconstrução é necessária se quisermos decifrar como e por que os significados dessas palavras mudam de simples descrições a categorias hierarquicamente organizadas em certas circunstâncias econômicas, políticas e culturais. (BRAH, 2006, p. 345).

Portanto, para Brah, como significante de dominação, demonstra-se necessário analisar a construção racial privilegiada da população branca para compreender como se articulam, de modo interseccional, as relações de poder instituídas pelo racismo. Já a socióloga Vron Ware (2004, p. 17) propõe um estudo crítico da branquidade e define que a esta categoria “*se afigura o estado normal e universal do ser, o padrão pelo qual todo o resto é medido e em cotejo com o qual todos os desvios são avaliados.*” Desta forma, discutir de modo relacional os significados da negritude e da branquidade, assim como as especificidades de outros grupos étnico-raciais, constitui um dos desafios do campo dos estudos feministas no cenário atual.

Os estudos feministas e o debate racial no Brasil

Os primeiros núcleos de estudos sobre a mulher surgiram nas universidades brasileiras a partir da década de 1980 inspirados no modelo de programas estrangeiros, principalmente norte-americanos e franceses (AZERÊDO, 1994). Foi também na década de 1980 que o campo da História das Mulheres começou a se desenvolver no Brasil.

Desde o início da construção da área dos estudos sobre a mulher no contexto internacional, o enfoque histórico foi entendido como uma estratégia privilegiada para o desenvolvimento da pesquisa feminista (HARDING, 1998), pois, como afirma Scott (1992, p. 39), “*La historia del desarrollo de la sociedad humana ha sido narrada casi siempre por hombres, y la identificación de los hombres con la ‘humanidad’ ha dado por resultado, casi siempre, la desaparición de las mujeres de los registros del pasado.*”

Desta forma, com o intuito de superar a invisibilidade das mulheres naqueles registros, foi desenvolvido, a partir da década de 1970, o campo historiográfico intitulado como História das Mulheres, que se tornou uma importante área dos estudos feministas internacionalmente. Para Joan Kelly Gadol (1992, p. 123) a “*historia de la mujer tiene un doble objetivo: restituir a la mujer en la historia y devolver nuestra historia a las mujeres*”, pois o desconhecimento de sua própria história, enquanto grupo social, fundamentou a opressão vivida pelas mulheres. Por este motivo, Gadol defende que a apropriação de seu passado e legado de lutas poderia desempenhar um papel transformador na realidade deste grupo.

Devido à importância estratégica da disciplina História das Mulheres para os estudos feministas de modo geral, é fundamental discutir quais foram os caminhos para sua construção e, especialmente, quais foram as trajetórias femininas resgatadas por essa disciplina no Brasil.

Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007) traçaram um panorama da constituição do campo da História das Mulheres no Brasil a partir da década de 1980, focalizando as pesquisas desenvolvidas e as categorias de análise utilizadas.⁹ Essas estudiosas destacaram a importância da publicação de um número da Revista Brasileira de História, em 1989, inteiramente dedicado ao tema *A mulher no espaço público* (BRESCIANI, 1989). Além da ênfase sobre a atuação das mulheres no espaço público, os trabalhos publicados no começo do desenvolvimento deste campo nos anos 1980, de modo geral, versaram sobre temas como prostituição, família, mulheres pobres e violência.

Com a finalidade de desconstruir a invisibilidade e revelar o legado histórico das mulheres foram desenvolvidos diversos estudos e biografias.¹⁰ As trajetórias de Nísia Floresta (1819-1885) e Bertha Lutz (1894-1976), consideradas precursoras da luta feminista no Brasil, receberam importante destaque.

Nísia Floresta foi educadora, escritora, tradutora e criadora de um colégio destinado à educação feminina. Ela teve uma obra vasta. Escreveu 15 livros no total. O primeiro deles foi publicado em 1832 com o título *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, que foi inspirado no livro *Vindications of the Rights of Woman* (1792), de autoria da feminista inglesa Mary Wollstonecraft. Este livro de Nísia Floresta é considerado a primeira publicação latino americana sobre o direito das mulheres. Já Bertha Lutz foi cientista e política. Ela é considerada uma das pioneiras da luta pelo voto feminino no país, tendo criado a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, em 1919, e a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922.

Apesar de perfis distintos, existem muitas semelhanças em suas trajetórias. Tanto Nísia como Bertha eram mulheres brancas e de classes abastadas que viveram por longos anos no exterior e tiveram acesso a elevados graus de escolarização. Portanto, ainda que tenham vivenciado a opressão de gênero, eram mulheres privilegiadas socialmente.

9 A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias foi uma das precursoras deste campo no Brasil a partir da publicação da obra *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* em 1984.

10 Tania Zimmermann e Márcia Medeiros (2004) discutem o caráter das novas obras biográficas e a História do Gênero. Algumas biografias recentes de personalidades femininas, produzidas no Brasil são: Olga (Fernando Moraes), Ruidos da Memória (Marina Maluf) e Entre a História e a Liberdade: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo (Margareth Rago).

O livro *Ideologia e feminismo. A luta pelo voto no Brasil*, da historiadora Branca Moreira Alves (1980), é um trabalho pioneiro, elogiado por sua exaustiva pesquisa. No capítulo *O movimento sufragista brasileiro* a autora aborda as estratégias de atuação das mulheres para a conquista do direito ao voto, colocando em destaque a trajetória de Bertha Lutz e da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Já ao citar a contribuição feminina na luta abolicionista a autora restringe-se a considerar a atuação de mulheres brancas de esferas abastadas e escolarizadas. Ou seja, Alves não menciona a atuação das mulheres negras para a sua autolibertação, ocultando que as mesmas foram grandes protagonistas da luta contra a escravidão no Brasil. Desta forma, as cronologias apontam Nísia Floresta e Bertha Lutz como as precursoras do feminismo no país. Até mesmo trabalhos sobre a luta abolicionista desconsideram a atuação das mulheres negras neste processo, indicando que as representações construídas acerca da prática feminista no Brasil não abarcaram as diversas ações de resistência empreendidas pelas mulheres negras, desde o início do período colonial, enquanto atos de agência feminista.

Devido à intersecção dos sistemas combinados de opressão de gênero e raça, ainda conhecemos muito pouco sobre a trajetória de mulheres negras que empreenderam diferentes formas de resistência ao sistema escravista. Visto que além de as fontes de pesquisa que apresentam informações sobre as figuras femininas serem mais escassas, os historiadores e historiadoras que se dedicaram ao tema da escravidão deram pouca ênfase às particularidades deste grupo (MOTT, 1991). Com isto, os estudos sobre escravidão desenvolvidos no Brasil evidenciaram a experiência masculina, como se as mulheres e homens negros tivessem vivenciado o processo escravista da mesma forma.

Portanto, se o fenômeno da invisibilidade feminina é uma característica da historiografia muito criticada pelo campo da *História das Mulheres* (SCOTT, 1992), percebe-se que a invisibilidade assume um caráter diferenciado para as mulheres negras: a experiência deste grupo foi silenciada pela historiografia tradicional e teve pouco espaço na produção de pesquisadoras que atuaram na área da História das Mulheres, ficando evidente que a violência simbólica que marca a experiência das mulheres negras é ainda mais intensa do que aquela que marca a experiência das mulheres brancas. A violência simbólica instituída contra a mulher negra nesses estudos “*está na não-representação, na negação, que é uma recusa de existência social e de humanidade.*” (WIEVIORKA, 2007, p. 130).

O trabalho de Maria Lúcia de Barros Mott (1991) se contrapõe a esta tendência. Esta pesquisadora, ao desvendar processos sociais invisíveis para a história tradicional, além de pluralizar as referências sobre a experiência

feminina, traz à tona a trajetória de mulheres negras, escravizadas e libertas (como Aqualtune, Rainha Tereza do Quariterê, Rosa Maria Egypiciaca da Vera Cruz, Zeferina, Felipa Maria Aranha, Maria Firmina dos Reis, Luiza Mahin, entre outras), que empreenderam distintas práticas de resistência no período colonial. Desta maneira, a autora demonstrou que o gênero é perpassado pelos marcadores de raça e classe que, ao se interseccionarem, estruturam as relações de poder existentes na nossa sociedade, incluindo as interações entre os distintos subgrupos de mulheres.

A partir das formulações de Mott (1991), é possível identificar o desenvolvimento da prática feminista no Brasil, mesmo que de maneira dispersa e descentralizada, muito antes do que indicam as cronologias tradicionais. Pois, ao investigar as ações empreendidas pelas mulheres negras contra o regime escravista (o suicídio, o infanticídio, as fugas, os aquilombamentos, assassinatos etc.) se constata que as práticas de resistência ao escravismo também foram constituídas pelo gênero.¹¹ Ou seja, tiveram atos que foram realizados majoritariamente ou exclusivamente por mulheres, a exemplo do aborto. Até porque, retirar a própria vida ou a vida de um filho, além de se efetivar como subtração de lucros dos exploradores da mão de obra escrava, representava um complexo exercício de enfrentamento a um sistema violento que negava a humanidade deste grupo devido à sua condição de gênero e raça. Essas práticas de resistência foram constantes. Em 1774, por exemplo, foi registrado o suicídio de 14 africanas escravizadas que estavam sendo transportadas no navio negreiro *Soleil* (SANTOS, 2011).

Podemos dizer que a violência contra as mulheres negras escravizadas era distinta daquela dirigida aos homens negros escravizados. Diferentemente deles, elas foram alvos constantes da violência sexual que constituiu um mecanismo inseparável da dinâmica opressiva que engendrou o trabalho escravo nas Américas (CARNEIRO, 2009; STOLCKE, 1991). Seus atos de enfrentamento à violência sofrida também tiveram especificidades. Assim, é possível afirmar que as mulheres negras não lutaram apenas contra as dinâmicas de opressão do sistema escravista, mas também rebelaram-se contra a opressão de gênero. Desta forma, sem receio de incorrer em anacronismos, é plausível afirmar que tais atos foram expressões de insurgência feminina e feminista.

11 Além das ações mencionadas, como atos empreendidos especificamente pelas mulheres negras, é de fundamental importância mencionar que elas cumpriram um papel estratégico para a organização de rebeliões e fugas, pois muitas ocupavam funções enquanto mucamas e ganhadeiras e por isso tinham mais mobilidade. Igualmente, as mulheres também tiveram grande importância para a manutenção de diferentes valores culturais e religiosos, como: as línguas, a música, a dança e as mais diversas expressões de religiosidade.

Porém, na maioria das publicações e cursos sobre mulheres, gênero e feminismos do país ainda prevalecem perspectivas eurocêntricas que definem como referência as periodizações e formulações do feminismo produzidas na Europa e nos Estados Unidos. A partir disto, tanto no contexto internacional como no cenário brasileiro, se legitima como atrizes políticas do feminismo apenas as mulheres brancas e de classe média que dominam a cultura letrada.

Sandra Azerêdo (1994) aponta que a criação dos núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras nos anos 1980 inspirou-se no modelo de programas norte-americanos e franceses. Contudo, tal influência foi parcial, pois quando são analisadas as discussões feministas em destaque nos Estados Unidos e no Brasil naquela época, fica explícito que houve um grande silenciamento sobre a questão racial na produção brasileira.

O que quero chamar a atenção aqui é que essa inspiração para os núcleos no Brasil é extremamente parcial: em nenhum momento as críticas ao racismo que estavam sendo feitas nos Estados Unidos ao feminismo ocidental desde pelo menos 1981 nos serviram de inspiração. Isto fica claro no desconhecimento entre nós das produções de mulheres de cor nos Estados Unidos – não existem traduções entre nós destas produções. Mas a parcialidade da inspiração aparece, sobretudo, na ausência desta discussão entre nós mesmas. (AZERÊDO, 1994, p. 215-216).

Segundo Azerêdo, a parcialidade das escolhas expõe que o debate sobre as relações raciais constituiu uma das grandes zonas de silêncio do feminismo brasileiro. Contudo, desde meados da década de 1970 a antropóloga Lélia Gonzalez (1983; 1988), importante intelectual e ativista negra, vinha construindo problematizações sobre tal silenciamento. Considerada pioneira nessa discussão, Lélia debateu as especificidades da experiência da mulher negra na sociedade brasileira, inclusive nos espaços da militância negra e feminista.

Gonzalez (1988) nomeou a prática de invisibilizar as particularidades das mulheres negras no interior do movimento feminista como *racismo por omissão*. Segundo ela,

el feminismo latinoamericano pierde mucho de su fuerza al hacer abstracción de un dato de realidad de la mayor importancia: el carácter multi-racial y pluricultural de las sociedades de la región. Tratar por ejemplo de la división sexual del trabajo sin articularla con su correspondiente al nivel racial, es recaer en una especie de racionalismo universal abstracto, típico de un discurso masculinizante y blanco. (GONZALEZ, 1988, p. 135).

As instituições acadêmicas foram construídas historicamente por meio de hierarquias edificadas pela cultura machista e racista. O campo dos estudos feministas na América Latina formulou críticas ao androcentrismo da ciência moderna, mas não desconstruiu os valores eurocêntricos dos

cânones científicos, o que garantiu privilégios para as vozes e as experiências das mulheres brancas em detrimento das vozes e experiências das mulheres negras e indígenas.¹² A própria Lélia Gonzalez foi vítima do racismo epistêmico que invisibiliza a produção intelectual da população negra no Brasil (RATTS e RIOS, 2010).

Em trabalho mais recente, Kia Lilly Caldwell (2000) chegou às mesmas considerações que Gonzalez (1983; 1988) e Azerêdo (1994) sobre o silenciamento das mulheres negras na produção dos estudos feministas no Brasil. Caldwell destaca a resistência ao debate acerca dos cruzamentos entre gênero e raça e a limitação desta questão aos produtos intelectuais de mulheres negras, as quais encontram-se sub-representadas numericamente nas universidades do país.¹³ A sub-representação em questão explica o porquê do número restrito e da pequena repercussão desses produtos. Este processo é consequência do racismo estrutural que limita a inclusão da população negra nos espaços de poder da sociedade e também do racismo epistêmico que silencia o conhecimento produzido fora dos eixos do pensamento eurocêntrico e por atrizes e atores não-brancos.¹⁴

A quase inexistência de traduções de autoras do feminismo negro internacional (AZERÊDO, 1994; CALDWELL, 2000) constitui outro aspecto problemático. Até porque a tradução não pode ser considerada como simples transmissão linguística de um trabalho. A prática da tradução é um ato político (COSTA, 2003) que revela quais são as questões levadas ao centro do debate de uma determinada área de conhecimento.

Ao discutir a política de traduções, Ella Shohat (2001) questiona quais são as atrizes que possuem autoridade e direito de fala no feminismo e ressalta as tensões e divergências nele existentes.

As ideias viajam o tempo todo, assim como nós mudamos, em múltiplas direções. O interessante é por que certas ideias de “outro lugar” são recebidas em um determinado contexto, enquanto outras não. A recepção de uma ideia, de um

12 As mulheres indígenas também foram invisibilizadas no campo dos estudos feministas no Brasil, porém, esta discussão de extrema relevância não será abordada neste artigo devido ao objetivo de discutir o racismo epistêmico com foco na experiência das mulheres negras.

13 O acesso da população negra brasileira às universidades é um processo muito recente. De acordo com a pesquisa de Joselina da Silva (2010) sobre a participação de mulheres negras com a titulação de doutorado atuantes no ensino superior no Brasil, até o ano de 2005, do total de 63.234 docentes na educação universitária, apenas 251 eram mulheres negras.

14 Lélia Gonzalez, a partir do “pretuguês”, um modo de afronta às formalidades do universo acadêmico, destaca no artigo *Racismo e sexismo na cultura brasileira* o quão subversivo pode ser o ato de assumir a própria fala para um grupo historicamente marginalizado e aliado deste direito, como a população negra. Ela afirma, “na medida em que nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira (...) neste trabalho assumimos a nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.”

discurso, nos diz muito sobre o processo de tradução como um espaço disputado, negociado. É nesse contexto que eu quis redefinir o feminismo como um lugar de disputa de discursos e posicionalidades contraditórias, mais do que um monólito homogêneo. (SHOHAT, 2001 p. 159).

Assim, ao corroborar com Shohat que o feminismo é um território político de disputas e negociações, tento evidenciar a urgência de se problematizar o significado das escolhas temáticas e conceituais que imperam neste campo de estudos no Brasil.

Observa-se no contexto atual a primazia da categoria analítica *gênero* nos espaços acadêmicos, utilizada não somente por estudiosas (os) com orientação política e ideológica feminista.¹⁵ No entanto, na maioria dos trabalhos, tal conceito ainda é utilizado a partir de uma perspectiva que não considera as diferenças entre os diversos grupos de mulheres (CALDWELL, 2000). Existem muitas autoras que apontam ser de fundamental importância considerar a articulação das categorias *gênero*, *classe* e *raça* para compreensão das dinâmicas de opressão na sociedade brasileira. Entretanto, elas próprias não desenvolvem essa articulação nos seus trabalhos.¹⁶ Ou seja, é notória a existência da hierarquização entre as categorias analíticas ou a simples negligência da discussão do conceito de *raça* na produção dos estudos feministas no Brasil.

Mais do que apontar as ausências e silenciamentos, é necessário refletir sobre quais são os impactos reais e concretos produzidos pela primazia do *racismo por omissão* (GONZALEZ, 1988).

O próprio racismo epistêmico é uma das consequências diretas dessa tendência no campo dos estudos feministas, pois tanto a invisibilidade das mulheres negras enquanto protagonistas na história como o silenciamento da produção intelectual desenvolvida por estas mesmas mulheres implica na construção de uma análise distorcida e limitada sobre a experiência feminina no Brasil.

15 A categoria analítica *gênero* foi disseminada tanto nos espaços acadêmicos como na esfera política e no terceiro setor. Contudo, o seu uso tem sido alvo do questionamento de pesquisadoras feministas que propõem o retorno estratégico à categoria *mulher*. Segundo as críticas, o debate em torno do *gênero* favoreceu o enfraquecimento da prática política feminista ao diluir o sujeito *mulher*. Igualmente, ele teria legitimado o desenvolvimento de estudos sobre masculinidades, o que pode concorrer para a continuidade da invisibilização das mulheres (COSTA, 1998; PISCITELLI, 2002).

16 É possível observar este tipo de construção a partir da análise da obra de diferentes autoras que atuam no campo dos estudos feministas no Brasil. A título de exemplo, é possível mencionar os trabalhos de Heleieth Saffioti que possui uma obra de incontestável relevância para o feminismo brasileiro. Mas, ao mesmo tempo em que Saffioti (1992) afirma que precisa ser entendido que existe uma simbiose de dominação-exploração composta pelo patriarcado, modo de produção e o racismo, ela não busca explicar como esses dois primeiros mecanismos de opressão interagem com o racismo.

A utilização de uma perspectiva unidimensional, que só considera a realidade das mulheres brancas, legitimou a utilização de acervos, tipos de fontes e metodologias condizentes com os espaços sociais onde este grupo de mulheres foi inserido historicamente. Mas, outros grupos foram sociabilizados em ambientes diferentes. Assim, a própria divisão entre público e privado, enquanto espaços majoritariamente masculinos e femininos, respectivamente, não se adequa à experiência histórica das mulheres negras, o que demonstra a parcialidade de determinadas escolhas de pesquisa.

Outro impacto concreto da omissão do marcador racial é a construção de análises estatísticas insuficientes. Afinal, quando se observa os indicadores sociais no Brasil, historicamente o quesito *raça/cor*¹⁷ assumiu um caráter preponderante para a análise das desigualdades, atuando como um fator gerador de discrepância quando é ou não é considerado (BENTO, SILVA e SILVA JR, 2010). Esta característica não seria diferente na discussão das assimetrias de gênero.

Neste sentido, a título de exemplo, é possível mencionar o tema da violência de gênero, objeto de grande importância para o campo dos estudos feministas. Especialistas apontam que as fontes disponíveis para a análise deste fenômeno apresentam certa limitação para a desagregação dos dados por *raça/cor* para produzir informações substanciais sobre como a violência atinge diferentemente as mulheres negras e brancas (ROMIO, 2013). Ainda assim, mesmo sem a construção de investigações mais apuradas sobre a intersecção desses marcadores, por meio da análise de boletins de ocorrência, alguns estudos não hesitaram em afirmar que a violência física e os feminicídios atingiriam em maior proporção as mulheres brancas (AZEVEDO, 1985; BLAY, 2008).

Entretanto, investigações mais recentes desenvolvidas por centros de pesquisa que usaram as mesmas categorias de classificação racial utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que permitem computar e comparar melhor os dados, chegaram a resultados bastante diferentes quanto ao impacto da violência de gênero sobre mulheres brancas e negras.¹⁸ A investigação realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013), por exemplo, apontou que, entre 2009 e 2011, das

17 A implementação do quesito *cor/raça* nos cadastros públicos por meio da autoclassificação é uma reivindicação histórica do movimento negro no Brasil, uma vez que a omissão de indicadores sobre a condição específica da população negra e branca foi utilizada historicamente para ocultar o abismo social provocado pelas desigualdades raciais existentes no país (BENTO, SILVA e SILVA JR, 2010).

18 O uso do quesito *cor/raça* no Sistema de Segurança Pública é impreciso uma vez que, ao invés da autoclassificação, muitas vezes é empregada a heteroclassificação (BENTO, SILVA e SILVA JR, 2010).

mulheres assassinadas no Brasil, 61% eram negras, sendo que este grupo foi a principal vítima em todas as regiões do país, com exceção da região sul. Já o *Mapa da Violência 2015* (WAISELFISZ, 2015), pesquisa realizada pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), investigou os casos de feminicídio entre 2003 e 2013, concluindo que neste período o percentual de mulheres brancas assassinadas diminuiu em 9,8%, enquanto o percentual de mulheres negras assassinadas aumentou em 54,2%.¹⁹

Ainda que a dinâmica da violência contra as mulheres possa ter passado por alterações no decorrer do tempo, considerando inclusive o aumento do número de registros sobre a mesma, os indicadores apresentados nas pesquisas realizadas pelo IPEA e pela FLACSO revelam informações alarmantes que não podem ser ignoradas. Ambas as investigações comprovam que as desigualdades no Brasil são estruturadas por meio da intersecção dos sistemas combinados de opressão de gênero, classe e raça. Assim, da mesma maneira que a pobreza no nosso país tem cor, a violência de gênero também é construída por meio dos marcadores raciais, atingindo as mulheres negras e brancas de modo desproporcional.

Portanto, desconsiderar o marcador racial nas pesquisas sobre mulheres, seja em investigações com foco no fenômeno da violência ou em qualquer outro aspecto, representa a limitação da compreensão de como se manifesta a opressão de gênero, implicando, conseqüentemente, na construção de estratégias deficientes para o enfrentamento dessas problemáticas. Ou seja, se “*gênero é a organização social da diferença sexual*” (SCOTT, 1994, p. 13), no contexto brasileiro demonstra-se imprescindível problematizar como ele se articula com as significações da organização social da diferença racial. Isso é essencial para compreender como essa intersecção torna mais complexo o modo pelo qual as mulheres dos grupos historicamente racializados vivenciam a desigualdade e, principalmente, para estabelecer estratégias e políticas mais adequadas.

As implicações da omissão racial mencionadas acima não podem ser entendidas como problemas isolados e independentes, uma vez que no Brasil o feminicídio é consequência direta do epistemicídio e vice-versa. Enquanto desdobramentos paralelos da opressão racial, são duas faces da mesma moeda. Afinal, a invisibilidade da contribuição histórica empreendida pelas mulheres negras somada aos estereótipos racistas vigentes modelam, em relação a essas mulheres, a construção de um status subalterno e a produção de imagens inferiorizantes no imaginário social. Assim, as mulheres negras são facilmente

19 O número de feminicídios de mulheres brancas caiu de 1.747 em 2003, para 1.576 em 2013. Já os feminicídios de mulheres negras no mesmo período passaram de 1.864 para 2.875 vítimas (WAISELFISZ, 2015, p. 32).

classificadas como seres abjetos e seus corpos são representados como *vidas que valem menos*, sendo, portanto, facilmente sacrificáveis. Em função disto, podemos afirmar que o silêncio sobre a questão racial no campo dos estudos feministas produz resultados concretos e objetivos.

Como aponta Shohat (2001), o processo de *viagem* das teorias possui um caráter político. Portanto, a primazia da categoria gênero entendida desde uma perspectiva genérica que não considera o conceito de interseccionalidade, sendo que ambos foram elaborados por estudiosas estadunidenses, está relacionado às tensões raciais, forças antagônicas, escolhas teóricas e políticas vigentes no campo dos estudos feministas no Brasil. A maior disseminação do conceito de interseccionalidade e da categoria *branquidade* é urgente e necessária. A partir disto, ao evidenciar a diversidade que permeia a experiência das mulheres de acordo com a intersecção do gênero com outros marcadores sociais, será possível pluralizar a imagem das atrizes políticas do feminismo, identificar a dinâmica da opressão contra as mulheres com maior acuidade e propor estratégias políticas mais efetivas para a sua superação.

Considerações finais

Se as teorias feministas, de modo geral, ainda possuem um caráter marginal na academia, não é menos correto afirmar que existem campos dentro da própria área dos estudos feministas que são marginalizados internamente, tal como a produção do pensamento do feminismo negro. Isto contradiz a própria proposta de emancipação do feminismo, uma vez que tanto as mulheres como a população negra, em sua diversidade, compartilharam historicamente da mesma posição subjugada na produção do pensamento científico ilustrado, que foi pautado por meio do racismo epistêmico e do sexismo epistêmico.

Os muitos silêncios sobre a experiência das mulheres negras no Brasil, e a invisibilidade imposta a este grupo, são evidenciados pela análise da bibliografia sobre os temas *gênero*, *raça* e *sexualidade* produzida, em grande medida, sem considerar as intersecções entre essas variáveis. Por este motivo, é urgente e necessário romper com os silêncios e desafiar as noções dominantes, para assim versar sobre a particularidade da experiência das mulheres negras, para colocá-las no centro do debate a partir do exercício proposto pelos estudos feministas de *“escrever a respeito delas e assim tornar histórico o que até então havia sido escondido da história.”* (SCOTT, 1999, p. 23). Assim, corroboro com Wallace (1995) quando a mesma afirma que frente à ausência da publicação de vozes do feminismo negro, nosso exercício reflexivo é um vazio para dentro do qual escrevemos, mas que jamais será possível preencher.

Referências

- AZERÊDO, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. Rio de Janeiro. **Estudos Feministas**. Número especial, 1994.
- AZEVEDO, M. A. **Mulheres espancadas, a violência denunciada**. São Paulo: Cortez, 1985.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BLAY, E. **Assassinato de mulheres e direitos humanos**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- BENTO, M; SILVA, M.; SILVA JR, H. (orgs.). **Políticas públicas de promoção da igualdade racial**. São Paulo: CEERT, 2010.
- BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciações. **Cadernos Pagu**, n. 26, 2006.
- BRESCIANI, M. S. (org.). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, 1989.
- CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 2000.
- CARNEIRO, S. **Enegrecer o feminismo. A situação da mulher negra na America Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>> Acesso em: 11/2009.
- COSTA, C. L. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. **Estudos Feministas**, v. 11, n. 1, 2003.
- _____. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, v. 11, 1998.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v.10, n.1, 2002.
- CURIEL, O. Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista. Desuniversalizando el sujeto mujeres. In FEMENÍAS, M. L. (org.). **Perfiles del feminismo iberoamericano**. Volumen III. Buenos Aires: Catálogos, 2007.
- DÍAZ, M. Racismo epistémico y monocultura: Notas sobre las diversidades ausentes en América Latina. **Revista de Epistemología y Ciencias Humanas**, n. 3, 2010.
- FARGANIS, S. O feminismo e a reconstrução da ciência social. In BORDO, S. R.; JAGGAR, A. M.; FREITAS, B. L. (orgs.). **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

- GADOL, J. K. La relación social entre los sexos; implicaciones metodológicas de la história de las mujeres. In: ESCANDÓN, C. (org). **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM. 1992.
- GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**. n. 8, 1988.
- _____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, n. 2, ANPOCS, 1983.
- GROSGOUEL, R. Racismo epistémico, islamofobia epistémica y ciencias sociales coloniales. **Tabula Rasa**, n. 14, 2011.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.
- HARAWAY, D. ‘Gênero’ para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, n. 22, 2004.
- _____. Saberes localizados. A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995.
- HARDING, S. **Ciencia y feminismo**. Madrid: Morata, 1996.
- _____. ¿Existe un método feminista? In: BATRA, E. (o/rg.). **Debates en torno a una metodología feminista**. México: UNAM, 1998.
- hooks, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2013.
- _____. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In: ANZALDÚA, G.; hooks, b. (orgs.). **Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras**. Madrid, 2004.
- MOTT, M. L. B. **Submissão e resistência: A mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, E M. O feminismo desconstruindo e reconstruindo o conhecimento. **Estudos Feministas**, n. 16, v. 1, 2008.
- PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) Mulher?. In: ALGRANTI, L. (org.). A prática Feminista e o Conceito de Gênero. **Textos Didáticos**, n 48, 2002.
- RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez**.. São Paulo: Selo Negro, 1 ed., 2010.
- SANTOS, G. C. A. **Somos todas rainhas**. São Paulo: Associação Frida Kahlo, 2012.
- SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, 2007.

- SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma Questão de Gênero**. São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SCHIEBINGER, L. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru: Educs, 2001.
- SCOTT, J. El problema de la invisibilidad. In: ESCANDÓN, C. R. (org.). **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1992.
- _____. Experiência. In SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. (orgs.). **Falas de gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.
- _____. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, 1995.
- _____. Prefácio a “Gender and politics of history”. **Cadernos Pagu**, n. 3, 1994.
- SHOHAT, E. Feminismo Fora do Centro ora do Centro. **Entrevista com Ella Shohat**, n.1, ano 9, 2001.
- SILVA, J. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, v. 28, n. 1, 2010.
- STOLCKE, V. Mulheres invadidas: sexo, raça e classe na formação da sociedade colonial. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, 1991.
- _____. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 20, 1991b.
- VIVEROS, M. **La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual**. Disponível em: <pt.scribd.com/doc/133516187/Sexualizacion-de-la-raza-y-racializacion-de-la-sexualidad-Mara-Viveros>. Acesso em: 10/2009.
- ZIMMERMANN, T.; MEDEIROS, M. Biografia e Gênero: repensando o feminino. **Revista de História Regional**, v.9, n. 1, 2004.
- WASELFISZ, J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: FLACSO, 2015.
- WALLACE, M. Imagens negativas. Para uma crítica cultural feminista negra. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, 1994.
- WARE, V. Pureza e perigo: Raça, gênero e histórias de turismo sexual. In WARE, V. (org.). **Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- WIEVIORKA, M. **O racismo, uma introdução**. São Paulo: Perspectiva. 2007.

Recebido em maio de 2016

Aprovado em junho de 2016